



doi: 10.20396/rfe.v11i3.8654929

## **Violências no contexto escolar: percepções de alunos, professores e gestores**

Violences in the school context: perceptions of students, teachers and managers

*Graziela Boaszczyk Dalcastagner<sup>1</sup>*  
*Camila da Cunha Nunes<sup>2</sup>*

### **Resumo:**

A violência escolar é um tema preocupante e afeta diretamente as relações sociais, o que prejudica o processo de ensino e aprendizagem, logo faz-se necessário que os profissionais da educação entendam como ocorrem as violências e o que geram, considerando todos os aspectos e pessoas envolvidas. Deste modo, visando pesquisar duas realidades distintas, que pressupõe diferentes concepções de sociedade e educação que se objetiva analisar as percepções dos alunos, gestores e professores do Ensino Fundamental, diante das possíveis violências encontradas no contexto escolar em duas escolas municipais de Brusque/SC e descrever quais as ações que os professores e gestores realizam para minimizá-la.

**Palavras-chave:** Violência. Educação. Escola.

### **Abstract:**

School violence is a matter of concern and directly affects social relations, which impairs the teaching and learning process, so it is necessary for education professionals to understand how violence occurs and what it generates, considering all aspects and people involved. Thus, aiming at researching two different realities, which presupposes different conceptions of society and education, which aims to analyze the perceptions of students, managers and teachers of elementary school, given the possible violence found in the school context in two municipal schools in Brusque / SC and describe what actions teachers and managers take to minimize it.

**Keywords:** Violence. Education. School.

---

<sup>1</sup> Especialista em Educação pelo Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). Graduada em Pedagogia pela UNIFEBE.

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). Professora no Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE).

## 1 INTRODUÇÃO

A violência escolar tem sido um tema de constante preocupação. Com frequência constatamos ações envolvendo violência nos espaços escolares, não só no Brasil, mas no mundo, o que acarreta preocupação a educadores e gestores (CHRISPINO, 2007).

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (IBGE, 2015), os alunos brasileiros citaram que a frequência com que os colegas da escola zombam e humilham é de 7,4%, sendo que estes enfatizam que na maior parte do tempo ou sempre se sentem humilhados por provocações. O mesmo parece ocorrer na relação inversa, pois quando indagados se havia zombado, intimidado ou caçoado de algum de seus colegas de turma, 19,8% afirmaram que sim. Esses alunos que se sentiram humilhados pelas provocações dos colegas elencaram dois principais motivos, sendo estes, a aparência do rosto (10,9%) e a aparência do corpo (15,6%).

No Estado de Santa Catarina, os alunos entrevistados não relataram causas ou motivos, mas 68% dos educandos catarinenses do 9º ano do Ensino Fundamental afirmaram que já foram humilhados por provocações de colegas. Este dado coloca Santa Catarina em primeiro lugar no ranking desta estatística específica. No total, foram ouvidos 3.615 estudantes de 145 escolas privadas e públicas do Estado. Santa Catarina ficou acima da média da região Sul, de 63%, e na proporção nacional de 61,1% (IBGE, 2015). O que atenta a necessidade de refletir sobre as medidas a serem tomadas para minimizar as violências no ambiente escolar.

Visando coibir a violência e as ações desencadeadas, no Brasil, em 2015, foi fundado o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, por meio da Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015. Este tem como objetivo combater a prática de violências físicas, psicológicas, intimidações sistemáticas (*bullying*) caracterizadas por humilhação ou discriminação, e intimidação sistemática na rede mundial de computadores (*cyberbullyng*), para adulterar fotos e dados pessoais, para depreciar, incitar a violência, com a intenção de criar meios de constrangimento psicossocial (BRASIL, 2015).

Como o passar dos anos, o convívio escolar acabou se modificando, e dentro dos espaços educativos nos deparamos “[...] com o fenômeno da violência estudantil, através de cenas de agressividade entre alunos, tráfico de drogas, furtos, indisciplina, depredações e desrespeito com os profissionais que nela atuam” (PIGATTO, 2010, p. 304). O que ressalta a necessidade de “[...] mobilização, reflexão e de políticas públicas para enfrentá-la” (REIS, 2003, p. 9).

A partir dessas considerações faz-se necessário (re) pensar o contexto escolar possibilitando aos sujeitos educacionais refletirem sobre os entraves ocasionados pela violência presente na escola e, com isso, desenvolverem estratégias de ação. Deste modo, é no sentido de pesquisar duas realidades distintas, em determinado momento o que pressupõe diferentes concepções de sociedade e educação que se desenvolve esta pesquisa, objetivando analisar as percepções dos alunos, gestores e professores do Ensino Fundamental, diante das possíveis violências encontradas no contexto escolar em duas escolas municipais de Brusque/SC e descrever quais as ações que os professores e gestores realizam para minimizá-la.

A violência escolar é um fato preocupante e tem afetado diretamente as relações sociais, prejudicando o processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, faz-se necessário que os profissionais da educação entendam como ocorrem as violências e o que as gerou, levando em consideração todos os aspectos e pessoas envolvidas. Compreendendo que não são apenas caracterizadas “[...] por meio de agressões físicas ou aos bens materiais, mas também de uma violência simbólica exercida por meio de atos verbais, psicológicos, ou abuso de poder e violência institucional” (FERRO, 2013, p. 84), que estas muitas vezes, são os atos mais prejudiciais para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

As violências existentes no contexto escolar podem ser consequência de práticas dos escolares refletidas em preconceito, discriminação e crise de autoridade para a vida adulta, ou ainda devido à falta de ações democráticas realizadas dentro da Instituição educacional. Sendo assim, as escolas lidam com os atos de violência realizando ações informais e formais, sendo

específicas para cada caso, conforme as singularidades de cada gestor escolar ou projeto político pedagógico (MARRIEL et al., 2006). Sendo fundamental o uso de mecanismos para minimizar os atos de violência, e não somente punir os envolvidos.

Diante disso, partimos do pressuposto que a violência no contexto escolar a partir da percepção de professores é um aspecto que prejudica o desenvolvimento do educando. Na visão dos gestores compreende-se que a violência prejudica a escola como um todo, desde o desenvolvimento dos educandos, como também o próprio funcionamento, estrutura da Instituição e integridade psicológica dos envolvidos. Em relação aos alunos, pressupõe-se que eles podem sentir-se amedrontados e desmotivados a estudar, dificultando a aprendizagem significativa. Por isso, os professores e gestores utilizam “[...] o estímulo ao diálogo, a escuta atenta e empática, a construção de vínculos afetivos fortes, o desenvolvimento de uma reflexão crítica” (SILVA, 2010, p. 69), como estratégias para amenizar as violências no contexto escolar.

Diante dessas considerações, justifica-se pela necessidade de buscar conhecer o surgimento e repercussão da temática violência no contexto escolar a partir de uma realidade específica, e encontrar quais as percepções e mobilizações que os professores e gestores realizam para modificar essa realidade. Também, podem surgir estratégias de ações com vistas a minimizar a violência no contexto escolar do município.

Ressalta-se que são necessários um ambiente e uma equipe escolar que proporcione aos alunos uma aprendizagem significativa e dinâmica, que os educandos possam sentir-se motivados a frequentar este espaço e a participar das aulas. Nesse sentido, para concretizar um efetivo ensino e aprendizagem de qualidade, é fundamental que os profissionais e professores se sintam estimulados a realizar as suas práticas pedagógicas, pois “[...] a violência atinge toda sociedade direta e/ou indiretamente sem exceções, fazendo-se presente explícita ou implicitamente no cotidiano das pessoas” (FERRO, 2013, p. 22). Desta forma, quando os profissionais e alunos sentem-se estimulados e motivados a escola pode proporcionar a

todos os envolvidos o autocontrole de sua agressividade, evitando ou minimizando as ações violentas no ambiente educacional.

“[...] A falta de ética e do respeito às regras influenciam a qualidade do trabalho docente e a aprendizagem do educando (PIGATTO, 2010, p. 310). Um ambiente violento gera desconforto para os professores, alunos e profissionais da escola, uma vez que a realização das ações se torna mais difícil e a própria construção do conhecimento pode acontecer de maneira superficial, pois as pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, não estarão seguras para exercer suas funções.

## 2 A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

A violência não é um fenômeno novo para a humanidade, estes atos se manifestam de maneira complexa e heterogênea e sua origem ocorre em causas diversas, de natureza individual, grupal, social e histórica. No ambiente escolar, caracterizam diversas manifestações de violência, fazendo-se presentes no dia a dia educacional de forma mais ressaltada (ABRAMOVAY, 2012).

A violência no contexto escolar tem se manifestado de várias formas, não estando restrita aos atos mais explícitos, por exemplo, as agressões físicas ou o uso de armas. Sua classificação e explicação têm sido tarefa difícil porque abrange aspectos heterogêneos que envolvem contextos múltiplos (TSUKAMOTO, 2015, p. 40).

A discussão sobre violências nos contextos escolares modifica-se de acordo com o olhar pelo qual esse meio é observado. Anos atrás, as análises que ganhavam mais enfoque sobre a violência dentro da escola, eram por parte dos professores contra os educandos (manifestos em castigos físicos e/ou punições). Atualmente encontramos na literatura contemporânea relatos de especialistas que ressaltam a análise da violência realizada entre alunos, ou de alunos contra a escola, como por exemplo, o vandalismo. Em menor proporção, caracteriza-se a de professores contra alunos (ABRAMOVAY, 2003).

Salienta-se que há dificuldade para definir o que é violência escolar, pois ela está vinculada com fenômenos singulares, difíceis de ordenar e delimitar. Nesse sentido, não há um significado, pois o que é caracterizado como violência escolar depende de cada Instituição Educacional. Considera-se violência, golpes, roubos, crimes, vandalismos e ferimentos, bem como, humilhações, falta de respeito, grosserias, relações de poder, porém é necessário repensar “[...] um consenso quanto ao fato de que não só a violência física merece atenção, pois todos os outros tipos de violência podem ser traumáticos e graves” (ABRAMOVAY, 2003, p. 23).

O entendimento desse processo implica conhecer e analisar o cotidiano e os problemas que nele se manifestam. A falta de segurança, os conflitos entre os diversos sujeitos, às agressões verbais, as discriminações, as ameaças e as agressões físicas, entre outros eventos, deterioram o clima escolar e, por conseguinte, as relações sociais, impedindo que a escola cumpra sua função (ABRAMOVAY, 2012, p. 46).

Diante dos fatos apresentados, verifica-se a necessidade de conhecer o cotidiano e as vivências do ambiente escolar, pois por meio das percepções dos professores, alunos e gestores é possível analisar de forma crítica e reflexiva a escola e os comportamentos dos envolvidos. Com isso, busca-se desenvolver uma análise voltada à formação humanística, em prol da cidadania, ressaltando a importância do respeito e a necessidade de um ambiente acolhedor e harmonioso (FERRO, 2013).

Dentro do ambiente educacional segundo Ristum (2010, p. 73) “[...] há uma violência que foi chamada por violência simbólica, da qual o professor é tanto alvo quanto autor”, sendo a mesma caracterizada como a mais efetuada dentro da escola. “O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada [...] das outras formas de poder” (BORDIEU, 1989, p. 15). Este tipo de violência possui “[...] por base uma sociedade como um campo de dominação e de reprodução dissimulada das desigualdades sociais nas instituições, o que contraria a ideia de igualdade de oportunidade vinculada as políticas neoliberais” (TSUKAMOTO, 2015, p. 48).

A violência simbólica é utilizada como forma de dominação, inclusive pelos professores, posto que os símbolos são instrumentos estruturados e estruturantes de conhecimento. Mas também os professores estão sujeitos a essa violência, ao ter que cumprir prazos, programas, preencher formulários, cadernetas etc., ou seja, atender às determinações vindas de cima, sem que o professor tenha participação na sua elaboração. Assim, nas nossas instituições escolares, percebe-se o professor com um duplo papel: de um lado, como representante do poder, exerce o papel de dominador; de outro, o papel de dominado, submetendo-se a regulamentos e exigências burocraticamente estabelecidas, em que os aspectos organizacionais administrativos se sobrepõem à pedagogia (RISTUM, 2010, p. 74).

Outro tipo de violência que se encontra no contexto escolar é o *bullying*, sendo este classificado como um abuso de poder sistemático, que possui como definição o desejo deliberado e consciente de humilhar, maltratar e colocar determinada pessoa sob tensão. Observa-se que a característica mais comum desse tipo de violência são os xingamentos, seguidos por gestos ofensivos, exclusão de uma criança de um grupo de amizades, agressões físicas e extorsão (DEBARBIEUX; BLAYA, 2002). Pesquisas sobre o *bullying* “[...] ao redor do mundo, apontam para o crescimento do problema: estima-se que de 5% a 35% das crianças em idade escolar estejam envolvidas em condutas agressivas no ambiente educacional” (SILVA, 2010, p. 112).

Já em relação às incivildades ou microviolências, estas estão caracterizadas pelo fato de não serem baseadas em agressão, como afirma Tiellet (2012, p. 258), “[...] violência e microviolência diferenciam-se pelo uso da força, e o que as une é o desejo de negação do outro, de privá-lo da condição de pertencimento”. Nesse sentido, as incivildades e microviolências são atos de malcriação, vandalismo e indelicadezas, que estão diariamente inseridas no cotidiano escolar, ameaçando a ordem estabelecida na escola, bem como na sociedade (TSUKAMOTO, 2015).

[...] a microviolência caracteriza-se pelo não uso da força, mas pela produção de ações repetitivas ou não, executadas por um indivíduo ou grupo, expressas em pequenas perversões: beliscões, empurrões, insultos, apelidos, gestos obscenos em atitudes de desrespeito, agressões verbais, gozações, implicâncias, provocações, ameaças, intimidações, palavras racistas e desprezo; podem fazer uso do barulho, da sujeira, da impolidez, com o fim de constranger, humilhar e deixar a vítima acuada sem possibilidade de reação (TIELLET; CORSETTI, 2011, p. 227).

Encontra-se no ambiente educacional o tipo de violência física, sendo esta “[...] uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o” (FALEIROS, 2008, p. 35). Pode-se considerá-la também como, lesões, mordidas, fraturas, inchaços, hemorragias, queimaduras, ferimentos, hematomas, mutilações, inclusive falecimento. Com isso, a mesma aparece em diversos níveis, pois a intensidade é realizada conforme a força do agressor.

São formas de violência física: a disciplina física abusiva com fins corretivos (tapas, surras e agressões com qualquer outro tipo de objeto), torturas, privações físicas deliberadas (de comer e de beber), restrições de movimentos (confinamento), privação ou transferência de abrigo (expulsão do lar, colocação em outra residência, internação), trabalho forçado e inadequado à idade e desenvolvimento do vitimizado, eliminação física (assassinato) e violência sexual (FALEIROS, 2008, p. 35).

Este tipo de violência é baseado no terror, na submissão, no sofrimento, podendo-se constituir ao mesmo tempo por violência psicológica. Infelizmente a violência física, em muitos casos é omitida, muitas crianças e jovens, se sentem acuados para contar o fato verdadeiro que ele ou ela sofreu, sendo assim, nos serviços de saúde, geralmente, as crianças relatam que tal hematoma ocorreu devido a um acidente (FALEIROS, 2008).

A violência psicológica também ocorre nos ambientes escolares, sendo que esta também é uma relação de poder desigual. Para Faleiros (2008, p. 36):

[...] esse poder é exercido através de atitudes de mando arbitrário (obediência porque eu quero), de agressões verbais, de regras excessivas, de ameaças (inclusive de morte), humilhações desvalorização, estigmatização, desqualificação, rejeição, isolamento, exigência de comportamentos éticos inadequados ou acima das capacidades e de exploração econômica ou sexual.

A violência psicológica ocorre muitas vezes no cotidiano escolar, mas ao mesmo tempo, ela não é identificada como uma violência. Geralmente ninguém se responsabiliza ou denuncia pais, policiais, parentes, professores, que humilham, desqualificam e desprezam crianças e adolescentes. Este tipo de violência é muito diferente da violência física, pois a psicológica não fere o corpo, porém se manifesta no comportamento da criança ou adolescente vitimizado. Ocasionalmente causa traumas gravíssimos, que afetam o psiquismo, as emoções, a interação e inclusive as atitudes do violentado (FALEIROS, 2008).

Diante do que foi apresentado, não resta dúvidas sobre a necessidade de criar estratégias para reduzir a violência e a criminalidade no meio educacional. O desafio que se observa é saber quais as políticas que estão implementadas, que resultam na pacificação da vida escolar, sem ferir os direitos humanos dos envolvidos (GONÇALVES; SPOSITO, 2002).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e a Normativa Internacional possuem uma teoria central e universal sobre os direitos humanos e direitos da criança e adolescente em desenvolvimento. O artigo 4º do ECA define os direitos das crianças e adolescentes brasileiros e seus responsáveis:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, n.p).

O não cumprimento destes direitos, se institui por violência delituosa. Segundo o ECA, em seu artigo 5º, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, n.p).

Estabeleceu-se em 2017, a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, referente a garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência que alterou a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Sendo que em seu artigo 2º ressalta:

[...] a criança e o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes asseguradas a proteção integral e as oportunidades e facilidades para viver sem violência e preservar sua saúde física e mental e seu desenvolvimento moral, intelectual e social, e gozam de direitos específicos à sua condição de vítima ou testemunha (BRASIL, 2017, n.p).

E em seu artigo 4º descreve as condutas criminosas e formas de violência:

I - violência física, entendida como a ação infligida à criança ou ao adolescente que ofenda sua integridade ou saúde corporal ou que lhe cause sofrimento físico;

II - violência psicológica:

a) qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (*bullying*) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional;

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

c) qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha;

III - violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação;

IV - violência institucional, entendida como a praticada por instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização (BRASIL, 2017, n.p.).

A partir da legislação é possível perceber que embora não seja caracterizada a violência simbólica, essa forma de manifestação de violência é contemplada. Instituiu-se em 2015 o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), destacando-se em seu artigo 1º:

[...] no contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015, n.p.).

Essas legislações representam que a violência é um ato social que envolve a sociedade e, conseqüentemente, é previsto e pensado pela União, estados e municípios de modo a garantir os direitos fundamentais dos

cidadãos previstos constitucionalmente (BRASIL, 1988) e caracterizados em direitos políticos, civil e social.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratória. A “pesquisa qualitativa descreve e analisa comportamentos sociais, coletivos e individuais, opiniões, os pensamentos e as percepções” (MCMILLAN; SCHUMACHER, 2005, p. 400). A pesquisa exploratória visa aprimorar percepções e construir hipóteses, realizando desta forma, descobertas sobre a temática pesquisada. O planejamento ocorre de forma flexível, que possibilita considerações de aspectos variados no campo investigado (GIL, 2002).

Participaram da pesquisa 7 professores da escola A, 2 gestores (um de cada escola) e 29 alunos (18 da escola A e 11 da escola B) do 9º ano do Ensino Fundamental de duas escolas municipais de Brusque (SC) selecionadas. Ressalta-se que os professores da escola B não estavam dispostos a participarem da pesquisa. Os participantes foram selecionados por conveniência. Optou-se por esta forma de seleção por envolver aqueles que estejam mais disponíveis para fazer parte da pesquisa e possam oferecer as informações necessárias para o seu desenvolvimento (HAIR JÚNIOR et al., 2005). O estabelecimento desse critério deve-se ao fato que na Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (IBGE, 2015), os alunos do nono ano do Estado de Santa Catarina (mais precisamente, 68%) afirmaram que já foram humilhados por provocações de colegas.

Para realizar a coleta de dados, disponibilizaram-se para os alunos e professores questionários mistos, com perguntas abertas e fechadas, visando uma melhor compreensão sobre as percepções dos envolvidos. Com os gestores realizou-se uma entrevista semiestruturada que foi gravada com o recurso de telefone celular, visando compreender com mais profundidade as ações que os mesmos realizam para minimizar as violências existentes no cotidiano escolar. A entrevista foi realizada por meio de um roteiro pré-determinado. Diante disso, utilizou-se de três instrumentos: (I) questionário

misto; (II) entrevista semiestruturada; e, o (III) gravador como recurso para arquivar e, posteriormente, transcrever as respostas dos participantes.

Por fim, realizou-se uma análise qualitativa dos dados coletados os relacionando com o referencial teórico consultado. Essa ação visou aprimorar e ampliar o conhecimento sobre a temática investigada (MINAYO; DESLANDES; NETO; GOMES, 2002).

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para visualização dos dados empíricos coletados nas duas escolas públicas da Rede Municipal de Brusque (SC), as escolas serão denominadas de escola A e escola B. Ressalta-se que participaram da pesquisa três públicos distintos, sendo assim, buscaremos aproximar e distanciar as percepções dos participantes durante a análise dos dados. Para tal, denominaremos os professores, alunos e gestores, especificando a escola que atuam, sendo assim, utilizaremos: Professor 1, Escola A; Professor 2, Escola A; e assim sucessivamente até o Professor 7, Escola A; o mesmo ocorrerá com os demais participantes, exceto no caso dos professores da escola B que não participaram. No caso dos alunos e gestores utilizaremos da mesma terminologia, distinguindo os participantes.

A violência pode ser compreendida como “[...] ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afeta a sua integridade física, moral, mental ou espiritual” (MINAYO; SOUZA, p. 513, 1998) essa conceituação foi percebida nos relatos dos alunos da seguinte forma: “é uma pessoa bater em outra pessoa” (Aluno 1, Escola A); “pode ser ela verbal, física, pra mim é tudo aquilo que deixa o próximo incomodado” (Aluno 6, Escola B); “é um ato muito ridicularizado, que acontece em nosso meio” (Aluno 4, Escola A); “é alguém machucar com palavras” (Aluno 8, Escola A); “é algo que uma pessoa faz ao outro e ele não gosta, pode ferir até com palavras” (Aluno 1, Escola B); “é em ato de raiva” (Aluno 8, Escola A); “é quando alguém ou algo invade nosso espaço, sendo esse espaço físico ou virtual, gerando um desconforto” (Aluno 5, Escola B).

Desse modo, percebe-se que a violência possui vários conceitos e pode ocorrer de forma física ou até mesmo psicológica, de modo presencial ou virtual. Os atos de violência possuem objetivos finais, e podem ser oriundos de diversas causas, manifestando de diversas formas e resultando em danos a longo, médio ou curto prazo. Segundo Ristum (2001), pode ser dividida em duas categorias, sendo elas as (i) causas contextuais e (ii) causas pessoais.

Descreve-se que a categoria (i) causas contextuais são divididas em duas subcategorias, que são denominadas de causas contextuais distais e contextuais proximais. As distais, são produzidas em uma proporção maior, como por exemplo, pela conjuntura social, econômica, política e cultural, como também, pelo desemprego, fome, pobreza, exclusão social, abandono de crianças, violação dos direitos humanos, entre outros. Já as proximais são violências presentes no dia a dia do indivíduo, como por exemplo, violência em casa, nos meios de comunicação, desorganização e desestruturação familiar. As (ii) causas pessoais é aquilo que é oriundo do indivíduo que pratica a violência, como por exemplo, o consumo de álcool, drogas, estresse, temperamento etc. (RISTUM, 2001).

Dessa forma, mais especificamente, a violência no contexto escolar, pode ser concebida como um fato social, pois,

[...] é reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos; e a presença deste poder é reconhecível, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a qualquer empreendimento individual que tenda a violentá-lo (DURKHEIM, 1972, p. 3-4).

Por vezes, as próprias diferenças contribuem para que se manifestem, mesmo em um ambiente educacional. Os gestores sinalizam que,

não deveria acontecer né, jamais, é um ambiente educacional, não combina com este ambiente, mas infelizmente acontece né. O que devemos fazer é lidar com isso, através de formação para os professores, e dar suporte aos profissionais como uma equipe, pois a escola sozinha não dá conta. Por isso temos um

trabalho legal junto com a Polícia Militar, um trabalho bacana com o conselho tutelar, porque quando eu digo equipe, é se cercar disso tudo pra poder dar conta. Na verdade a violência não é fruto da escola, ela é da sociedade, e acaba entrando na escola (Gestor 1, Escola A).

A violência escolar se expressa de várias formas né? [...] Então, violência física, emocional, psicológica, e entre as crianças existem aqui na escola de todos os tipos. Então nós resolvemos problemas quando eles chegam no finalmente, quando ocorre a violência física, mas eu tenho que estar lidando com estas crianças, para buscar o que gerou esta violência física (...) né, que fundo tem isso, e geralmente, com certeza, chegamos a questões de provocações, *bullying*, enfim, desentendimentos entre eles. Por quê? (...) (((confundi-se))). Aqui na escola temos [...], cada um com a sua base familiar, com sua construção de valores, ainda que, a grande maioria permeia, vamos dizer assim, no mesmo valor, mas sempre tem famílias com valores diferenciados. Acabam aqui na escola se confrontando, e cada um buscando o seu espaço [...] isso acaba gerando todos os tipos de violência, e precisamos estar atentos porque as vezes ela é, como posso dizer, ela é quieta, ela não aparece (...). É muito bom quando a violência vem a tona, que nos trazem ou percebemos (...), mas a gente tem que ficar atento, por que as vezes o aluno se fecha e pronto, aí cai o rendimento escolar, ele fica até as vezes depressivo. Realmente então temos que estar atentos a todo tipo de violência, e todos os tipos de reação frente a violência (Gestor 1, Escola B).

O *bullying* pode ocorrer de várias formas, desde expressões verbais (insultar, xingar, ofender, colocar apelidos pejorativos e etc.), agressões ao físico e material (ferir, beliscar, chutar, bater, e etc.), agressões ao psicológico e moral (irritar, excluir, ridicularizar e etc.), sexual (assediar, abusar e etc.) e virtual (calúnias, maledicências e etc.) sendo estas, as formas que caracterizam esse tipo de violência dentro e fora das escolas (SILVA, 2010). Por isso, há a necessidade de prestar atenção nas reações dos alunos, bem como, no seu rendimento escolar, pois a educação “[...] é integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos” (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2006, p. 12), assim sendo, o professor como mediador do processo formativo precisa compreender a importância de minimizar ou extinguir qualquer tipo de violência, nesse

sentido, o olhar atento contribui para modificar a situação atual em que se vive.

Conforme o Gestor 1, Escola A, “[...] a violência mais cometida é a verbal, eles não medem as palavras, e o nosso trabalho é cotidiano, diário. Nós temos uma política aqui na nossa escola, um combinado na verdade, que é não deixar passar nada”; para o Gestor 1, Escola B: “a mais frequente realmente é [...] de pegação de pé (...) *bullying*, então a mais frequente é (...) entre em os alunos, quando um aluno não aceita o modo de ser do outro (...) né, por vários motivos (...), e alguns se passam também nas brincadeiras [...]”.

Além disso, as escolas desenvolvem procedimentos para atender esses casos, vejamos:

quando ocorre algo, já é chamado o aluno, já é conversado, pra ser resolvido. Nenhum aluno sai aqui da escola às 11h30min sem ter resolvido o problema. Então nós temos ali no nosso PPP, no nosso regimento, que o primeiro passo é a conversa, a orientação, na segunda vez um registro com a assinatura sobre o combinado. Então é dar realmente a devida atenção, não deixar passar nada! (Gestor 1, Escola A).

Os Gestores relataram como a causa que ocasiona algum tipo de violência, “o *bullying*, e também dá muito, probleminha a questão de namorico também (...) nos anos finais (...) gera às vezes, chega a agressão física” (Gestor 1, Escola B). Nos anos finais do ensino fundamental, os alunos vivenciam uma ebulição de transformações em sua identidade, é uma fase com significado próprio, que se materializa na escola, principalmente, como uma etapa dinâmica de transição entre a infância e a maioridade que é individual e depende da individualidade biológica de cada sujeito. De modo prático, nessa fase,

os grupos deixam de ser só de meninos ou só de meninas, surgem às tribos, e o namoro ou o “ficar” assume papel de destaque nas relações. Neste contexto, a escola figura como um ponto de encontro, um lugar de aprender e de conhecer pessoas (PINHEIRO, 2012, p. 9).

Diante disso, conforme ressaltado por Silva (2010, p. 69),

as “ferramentas” que os adultos devem utilizar para intervir, evitando as consequências mais dramáticas nessa difícil fase de transição para a vida adulta, são: o estímulo ao diálogo, a escuta atenta e empática, a construção de vínculos afetivos fortes, o desenvolvimento de uma reflexão crítica, o incentivo à participação familiar e escolar, a orientação para a responsabilização por si mesmos e pelos outros, a criação e a implementação de regras e o estabelecimento precoce (desde os primeiros anos de vida) de limites bem definidos.

Já o Gestor 1, Escola A, relatou como causa:

a gente na sociedade está vivendo com uma diversidade muito grande, diversidade de opinião, diversidade de valores, na tua casa é de um jeito, na minha casa é de outro. Aí a gente vem pro ambiente social que é a escola, tu quer fazer de um jeito, eu quero fazer de outro, e acaba gerando os conflitos. São conflitos da sociedade, que muitas vezes a gente traz pra cá, que acaba gerando uma violência.

Diante disso, observa-se que a diversidade é um dos elementos que ocasiona o desenvolvimento da violência.

Quando falamos sobre diversidade em educação nos remetemos à ideia de dar oportunidades a todos os alunos de acesso e permanência na escola, com as mesmas igualdades de condições, respeitando as diferenças. Ao se abordar a questão das diferenças ou diversidades, não se remete somente às minorias ou às crianças com necessidades especiais. É muito mais amplo, pois todos nós seres humanos somos únicos, portanto diferentes uns dos outros. Tal fato trata-se de denominar como diversidade as diferentes condições étnicas e culturais, as desigualdades socioeconômicas, as relações discriminatórias e excludentes presentes em nossas escolas e que compõem os diversos grupos sociais (SANTOS, 2008, p. 14).

Ademais, dos 29 alunos participantes alguns relataram que já sofreram algum tipo de violência dentro da escola. Os 18 alunos da escola A

relataram que não sofreram nenhum tipo de violência, já dos 11 alunos da escola B apenas três descreveram que não sofreram violência. Ao mesmo tempo, percebe-se que problemas ocasionados dentro da escola ocasionam violência fora da escola. Apesar de às vezes não serem identificadas como violências, segundo Abramovay e Rua (2002, p. 80),

[...] a escola se destaca como lócus de violência simbólica, que se manifesta por meio de diversos atos. Pressionar a partir do poder de conferir notas, ignorar os alunos com seus problemas, tratá-los mal, recorrer a agressões verbais e expô-los ao ridículo quando não compreendem algum conteúdo são algumas violências que aparecem de forma recorrente na fala dos estudantes. Os professores também sofrem quando são agredidos em seu trabalho e em sua identidade profissional pelo desinteresse e indiferença dos alunos, criando um ambiente de tensão cotidiana.

Os professores entrevistados também relataram já terem sofrido algum tipo de violência no contexto escolar cometida por aluno e/ou coordenador. Essa mesma evidência foi apresentada pelos gestores que apontam já ter ocorrido violências contra professores e demais profissionais, segundo o Gestor 1, Escola B: “[...] já (...) já ocorreu, entre profissionais, muito raro, mais já aconteceu, no caso violência verbal” e conforme o Gestor 1, Escola A: “Física não. Não temos caso de violência física, nós temos a verbal. Às vezes palavrão, um xingamento, mas nada fora do contexto, não precisamos realizar boletim de ocorrência”.

Segundo o Gestor 1 da Escola A, “A violência mais cometida é a verbal, eles não medem as palavras, e o nosso trabalho é cotidiano, diário”, diante disso percebe-se que a resposta da gestora é condizente com as dos professores, “ofensas verbais e até certo ponto preconceituosas entre meninos e meninas” (Professor 1, Escola A); “o mais recorrente é apelidos, excluir de grupos de atividades e piadas” (Professor 5, Escola A); “envolvidos eram alunos e os motivos variam muito. Eles mesmos trazem os motivos daquele dia, algo que acontece dentro de sala de aula ou em casa” (Professor 6, Escola A). Caracteriza-se violência verbal por “[...] a violência psicológica, que envolve a agressão emocional e a verbal. A violência

verbal é o tipo mais frequente de violência psicológica [...]” (OLIVEIRA; MACHADO; GUIMARÃES, 2013, p. 160).

O Gestor 1, Escola A, bem como o Gestor 1, Escola B, relataram que quando ocorre algum tipo de violência no ambiente escolar, é realizado uma conversa com os alunos, professores ou demais pessoas envolvidas. Já, segundo os alunos o que ocorreu depois da violência foi “conversei com a minha mãe, mas como éramos crianças era normal” (Aluno 5, Escola B); “conversei com a diretora e ela falou com o menino que me dava apelido” (Aluno 9, Escola B); “a professora chamou os pais do aluno para conversar” (Aluno 7, Escola B); “simplesmente deixei a situação em off até que com o tempo parou” (Aluno 4, Escola B); “chamei os professores e aprendi a me defender” (Aluno 3, Escola B); “a coordenação e direção resolveram o caso” (Aluno 17, Escola A); “aconteceu com um colega meu, foi uma briga entre alunos. A diretora deu advertência para os dois, e um mudou de turno” (Aluno 2, Escola A); “aconteceu com uma colega, levou suspensão” (Aluno 8, Escola A).

Na fala dos alunos, é possível perceber alguns procedimentos que são realizados pelas escolas para resolução dos problemas ocasionados pelo ato. Assim como, verificou-se que há uma rotina nas escolas quando há casos de violência. Essas envolvem primeiramente, o diálogo e o encaminhamento para a gestão escolar e, caso não seja resolvido internamente, busca-se auxílio com o Conselho Tutelar, agentes externos. Conforme relatado:

a conversa, no primeiro momento tentar se entender ali, resolver né, muitos já param a sua aula, deixam o planejamento de lado, e focam nesta questão do *bullying* se for o caso ou da violência, pois com criança é assim, tem coisa que você tem que falar todos os dias né (Gestora 1, Escola A).

De imediato quando os professores percebem algum tipo de violência eles (...) trazem para coordenação, trazem para direção e nós aqui que tomamos todas as providências necessárias, né (...). O primeiro passo é conversar com os alunos, ver, identificar o que gerou, onde está a raiz do problema (...) e tentar harmonizar propriamente entre os alunos. Se não conseguirmos isso, dependendo da gravidade da violência, a gente entra em contato com os responsáveis, com

os pais, se percebemos que é algo digamos corriqueiro, que não chega a afetar, digamos (((nervosa))) muito os alunos, a gente resolve por aqui mesmo (...). Mas caso não der, chamamos os pais, e dependendo da gravidade, ela ultrapassa os muros da escola. Buscando ajuda com o conselho tutelar, ou dependendo, enfim, né (...) com agentes externos (Gestora 1, Escola B).

Ainda, o Gestor 1, Escola A relatou que “no nosso PPP, no nosso regimento, que o primeiro passo é a conversa, a orientação, na segunda vez um registro com a assinatura sobre o combinado”, porém em entrevista com os professores da escola A, os mesmos relataram que, possuem acesso, porém não se recordam se no PPP da escola contempla a temática violência.

O Gestor 1, Escola A; os professores da escola A; bem como o Gestor 1, Escola B, apontaram que a ferramenta utilizada para minimizar ou prevenir a violência é o diálogo. Diante disso, ressalta-se que não é apenas advertir o aluno, é necessário conversar, fazer com que o sujeito reflita sobre sua ação e perceba que a mesma está errada, por isso, a escola deve assumir o seu papel e considerar que o diálogo é parte do ato pedagógico, e que o mesmo possibilita o aprimoramento das relações entre os educandos, estimulando desta forma, estruturas mais democráticas.

Quando os Gestores foram arguidos se as violências na Escola são comuns ou ocasionais e quais as que ocorrem com mais frequência, o Gestor 1, Escola A, relatou que,

aqui por já existir este trabalho, que é um trabalho de longos anos, assim, de formiguinha, a gente percebe que eles possuem um controle melhor assim, da mesma maneira que eu estou falando aqui contigo, eu falo assim com o nosso aluno, ninguém grita com o aluno, a gente conversa e busca resolver.

Apesar dos alunos da Escola A relatarem não terem sofrido nenhum tipo de violência, quando arguido o Gestor 1, Escola A sobre se o *bullying* ocorreu ou não, afirmou que:

ocorre, ocorre também. Porque são seres humanos, porque são crianças. Porque eles não tem totalmente o conceito do que é o *bullying*, da gravidade que ocasiona. E o nosso procedimento, é

a conversa, é o diálogo. A única situação que não teve conversa, foi com uma família, que ela não aceitou as desculpas de um professor, devido a um caso que ocorreu na sala, e o professor pediu desculpas junto a família e o aluno, explicou a situação e a família não compreendeu. E a gente não está aqui para julgar né, se a família entendeu que houve mesmo um dano emocional e ela foi buscar os direitos dela, ok. Aqui na escola sempre tentamos resolver conversando. Da mesma maneira, eles (alunos) recebem palestras sobre violência, *bullying*, sobre o que é um ato indisciplinar e o que é um ato criminoso, né, o que a escola como instituição tem que dar conta, o que eles vão fazer que não é mais com a escola. Por exemplo, agressão física grave, não é mais comigo isso, eu sempre uso um exemplo assim, se estão brigando ali fora na esquina, as pessoas vão chamar quem a diretora ou a polícia? E eles respondem a polícia, e eu afirmo, pois é, a violência não é só responsabilidade da escola. Essa palavra nem deveria existir por aqui.

Diante disso, relata-se que os professores da Escola A, ressaltaram que não participaram de formações continuadas e/ou palestras sobre a temática violência. Nesse sentido, parece haver uma contradição entre a fala do Gestor 1, Escola A e as respostas dos professores da Escola A.

A violência não ameaça somente o processo de ensino e aprendizagem, mas também a integridade psicológica e física de todos os que estão inseridos no contexto, ultrapassando os muros da escola. Há docentes amedrontados, desmotivados e estressados realizando suas práticas pedagógicas para educandos poucos interessados e indisciplinados. Além disso, os alunos que não são agressivos acabam se desinteressando e perdendo o prazer e o estímulo pelos estudos, decaindo muitas vezes seus rendimentos (FERRO, 2013). Por isso, questionou-se os professores se os alunos violentados ou que visualizam a mesma se sentem desmotivados ou se os rendimentos dos mesmos diminuiriam, os descreveram que: “Rendimento e autoestima decaem, e também atrapalha a turma como um todo” (Professor 3, Escola A); “Não consigo responder” (Professor 7, Escola A); “No meu caso não consigo perceber” (Professor 1, Escola A); “Não presenciei momentos de violência nesta escola” (Professor 2, Escola A).

Conforme as descrições parece ser algo particular, pois alguns professores não reconhecem interferências, no entanto, a partir do relato do Professor 3, Escola A, percebe-se, assim como salientado por Ferro (2013), que esses aspectos impactam no contexto escolar do aluno e da turma a qual pertence.

Sobre a existência de um projeto para minimizar a existência da violência nas escolas, ambas as Gestoras sinalizaram que existe, vejamos nas suas próprias palavras:

existe. Isso também que eu já falei que é a questão de não deixar passar nada. A gente sempre chama, conversa o tempo inteiro. Tá sempre. A nossa sala sempre está de portas abertas, o que a gente mais quer é que os alunos venham conversem, que a gente possa orientar, né, e este trabalho não é só meu, é das coordenadoras também, é um trabalho em conjunto né (Gestora 1, Escola A).

É (...) a nossa maior estratégia pesquisadora (...) é acompanhar de perto (...) percebeu alguma coisa (...) não deixar isso se avolumar. A gente traz palestras (...) inclusive tivemos um teatro sobre o *bullying* agora, de um profissional que (...) de uma forma muito lúdica, ele apresentou o *bullying* o que seria o *bullying* como lidar com ele, então, essas questões nós estamos trazendo, mostrando. Fazendo com que o aluno não se cale (...) frente a qualquer tipo de agressão (...) porque no mais, na nossa opinião (...) digamos assim, o mais grave, é quando o aluno se cala, guarda pra ele e recua (Gestora 2, Escola B).

Segundo o Santa Catarina (2015) é necessário realizar práticas educativas de forma sistemática, que no contexto escolar se realize projetos de trabalhos que englobam questões sociais e problematizadoras, através de pesquisas ou de notícias que descrevam situações de violências contra o adolescente e a criança, disponibilizando nesse sentido, textos de apoio para promover a reflexão. Outras estratégias elencadas estão diretamente contextualizadas a participação efetiva dos alunos, como por exemplo, a criação de regras de convivência e normas escolares, estabelecendo assim práticas sociais que estimulem o exercício da cooperação, respeito e solidariedade, envolvendo os alunos em diálogos e proporcionando desta

forma um vínculo afetivo para que os mesmos possam se expressar. Além disso, também se sugere:

retirar trechos do Estatuto da Criança e do Adolescente e discutir (codificar, transpor para linguagem infantil) com as crianças. Verificar a sua compreensão sobre o assunto e de que forma isso se cumpre em suas vidas; exercitar, com os estudantes, análise de dados por meio de relatórios que demonstrem interpretação dos dados, como por exemplo, o porquê de determinados grupos responderem com mais frequência uma coisa e não outra; organizar dramatizações (teatros), oficinas para demonstrações, referentes aos temas; organizar murais com a exposição de atividades (atreladas ao projeto), tornando visível o significado da participação (protagonismo) ativa dos estudantes e no seu processo de aprendizagem e crescimento pessoal; construir um quadro panorâmico da saúde, com atualização periódica, incluindo acontecimentos significativos sobre meio ambiente, ocorrência de epidemias, fatos políticos, descobertas científicas e datas emblemáticas; organizar grupos de crianças e adolescentes e formá-los para serem multiplicadores de prevenção aos riscos sociais, isto é, possibilitar o protagonismo infanto-juvenil, garantindo aos estudantes o exercício do direito à participação nas ações pedagógicas para que possam atuar conscientemente como sujeitos transformadores da realidade; garantir, na unidade escolar, espaço de formação para que os professores possam refletir, coletivamente, sobre o desenvolvimento de projetos e/ou ações frente ao assunto em foco (SANTA CATARINA, 2015, p. 37).

Uma ação relevante é visualizada em São Paulo pela Diretora Pedagógica Helena Singer (2013) que ressalta:

a superação da situação de violência virá quando a escola conseguir se tornar um projeto coletivo, um projeto comum de estudantes, educadores e famílias interessados em produzir conhecimento, em se transformar mutuamente ao mesmo tempo em que transformam o lugar em que estão. Quando isso acontecer, os professores deixarão de estar isolados em suas salas de aula e se verão membros de uma equipe, com um projeto coletivo, em uma comunidade.

Também, segundo a gestora da Escola A é realizado formações e palestras sobre a violência no ambiente educacional no cotidiano escolar, porém isso é incoerente às respostas anteriores dos professores.

Já. Já. Muitas. Recente a gente teve agora a Polícia Militar realizou um projeto que é a Polícia na Escola, né, a polícia vem, para conversar com os alunos. [...] Eu vejo que os alunos têm que começar a enxergar a polícia como uma segurança e não com medo. A maioria dos nossos alunos, tem medo da polícia, porque a sociedade fez isso, né. Deu briga, chama a polícia, polícia leva, polícia prende, a polícia isso, a polícia aquilo. O papel da polícia na escola, é dar este amparo pra gente. É um dos recursos que a gente tem (...) sabe? (Gestora 1, Escola A).

sim a gente (...) permanentemente (...) ouve falar (...) participa (...) né (...) faz leituras referente ao assunto (...), porque nós não podemos nos omitir, é um assunto bem (...) digamos assim (...) bem importante (...) que ele permeia sim o ambiente escolar, ele está por aqui o tempo todo (((confusa))) né (...) é (...) os alunos, as crianças e os alunos pré adolescentes, eles estão em formação, e nessa (...) e nessa (...), digamos assim, percurso, eles tentam se afirmar né (...) do jeito deles (...) (Gestora 1, Escola B).

Além dessas iniciativas, existem ações desenvolvidas pela escola de modo a minimizar/prevenir as violências na escola. Essas ações são realizadas, principalmente, para conscientizar as famílias e aproximá-las da escola. Vejamos no relato:

através da conversa, parcerias, com famílias. Palestras para as famílias. Embora, os que vêm não necessitam vir, pois já possuem um entendimento, uma estrutura. Raramente aquele que precisa vir, vem. (...) Mas eu tenho um pensamento muito forte assim ó, eu estou aqui para oferecer e para proporcionar eu to fazendo a minha parte. (...) Se você pai não quer, mas eu to fazendo a minha. E daí quando a gente percebe casos de violência de família, e está afetando diretamente o nosso aluno, nós também chamamos os pais para uma conversa, a gente também interfere no âmbito familiar. (...) Nós temos uma grande preocupação com o aprendizado, e se de alguma maneira este aprendizado está violentado, né, ou porque a criança chega assustada, batendo, ta reproduzindo o que está

vendo em casa, tem que ter uma conversa com a família. Aí depende, da proporção a gente entra em contato com o conselho tutelar (Gestora 1, Escola A).

Quanto à realização de Boletim de Ocorrência referente à violência cometida no ambiente educacional, verificou-se duas realidades distintas:

Quando são casos mais graves a gente relata, eu só não me recordo se chegamos a realizar boletim de ocorrência, eu acho que não foi feito. [...] embora a orientação que recebemos é que se faça um boletim de ocorrência, quando houver uma agressão física, mas nós buscamos resolver com a família através da conversa (Gestora A, Escola A).

Já tivemos, já (...). Nós já tivemos coisas bem sérias aqui na escola, então na necessidade (...) hoje nós temos inclusive, participamos (...) é faz agora uns dois meses (...) de um projeto da polícia, né (...) intitulado de “O Policial Amigo da Escola”, que também eles vêm e fazem (...) fazem palestras em torno deste assunto” frisa ainda que, “eles vêm não a título digamos de punição, mas a título de educação” (Gestora 2, Escola B).

Percebeu-se na fala da Gestora 2, Escola B, que a partir da própria necessidade realizam-se iniciativas para a conscientização. A partir das realidades pesquisadas evidenciou-se a proximidade entre escola e política militar de modo a instruir sobre possíveis direcionamentos a serem dados como quando é ato disciplina, quando é crime e, também, no sentido de formação social. O crime por “[...] qualquer ato do ser humano lesivo a outrem e a um bem jurídico tutelado, afetando, assim, a normalidade da conservação e desenvolvimento da sociedade” (KIL, 2007, p. 16).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do artigo, relatou-se uma compreensão da violência como uma ação social que acaba interferindo no contexto escolar. Corroborando com outras realidades, a violência não se limita apenas no ato que agride o corpo em forma física, incidindo também na violência verbal, psicológica e até mesmo em violências sistematizadas.

A violência é considerada, muitas vezes, por uma conduta que não aceita o conjunto de valores sociais. Nesse caso, na escola, não pode ser vista e trabalhada como um fato isolado, pois faz parte de um processo mais amplo, de uma situação social. Sendo assim, demanda esforço da sociedade e comunidade escolar, por isso, necessita-se do coletivo, para minimizar a violência no ambiente escolar. Este trabalho em conjunto seria relevante com parcerias entre Secretaria Municipal da Educação, Conselho Tutelar, Polícia Militar, comunidade escolar, bem como os demais sujeitos educacionais.

Diante dos relatos dos alunos a violência ficou caracterizada como agressão física e, também, pelo ato de agredir por palavras (violência verbal/psicológica), esses conflitos muitas vezes envolvem vários atores, sejam eles, alunos, professores, coordenadores, funcionários, entre outros. Segundo alguns relatos, a mais difícil de ser percebida é a psicológica, pois os envolvidos acabam se fechando e não compartilhando o que estão passando e/ou sofrendo. Independentemente do tipo de violência percebido, o que se impõe é a negação do outro. Sendo que, questões exteriores à escola, implicam em tipos de violência que acometem o contexto escolar, aparecendo com maior incidência, a violência verbal, que reflete em privar a condição de pertencimento do que é insultado. Apesar de que, geralmente, aquele que é acometido acaba não a relatando, pois, ela é, por vezes, tolerada e, conseqüentemente, acaba se naturalizando. Assim como, há dificuldade em se discutir sobre, como percebido pela resistência dos professores da escola B em participar da referida pesquisa.

Em relação às estratégias para minimizar e combater as violências no contexto escolar, verificou-se que os meios mais utilizados são a mediação por meio do diálogo, a parceria com as famílias, ações em parceria com a Polícia Militar, incentivando a interação da comunidade com a escola, por meio de palestras, rondas e, também, a presença dos policiais nas escolas. Nesse sentido, há a necessidade de políticas públicas que promovam outros projetos que possam auxiliar de forma significativa, assim como, ações pedagógicas educativas que se realizem durante as aulas.

Os atos de violências são recorrentes nos meios escolares pesquisados, mesmo que ela não seja oriunda do ambiente escolar, é uma consequência social, devido à diferença de valores, culturas, etnias, assim sendo, os alunos chegam à escola e não sabendo lidar com estas diferenças acabam ocorrendo às violências. Dessa forma, necessita-se de pesquisas que as desvendem e estimulem ações para combatê-la.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, 2003.
- ABRAMOVAY, M. *Conversando sobre violência e convivência nas escolas*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2012.
- BORDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difusão Editorial. 1989.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.185, de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 de nov. 2015, Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da criança e do adolescente; ECA. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990, Seção 1, p. 13563.
- BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 5 abr. 2017, Seção 1, p. 1.
- CHRISPINO, Á. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Revista Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007.
- DEBARBIEUX, É.; BLAYA, C. (org.). *Violência nas escolas: dez abordagens européias*. Brasília: UNESCO, 2002
- DURKHEIM, E. *O que é fato social? As Regras do Método Sociológico*. 6. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1972.
- FALEIROS, V. P. *Escola que protege*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FERRO, J. P. *Violência escolar em foco: percepções e encaminhamentos de professores e gestores*. Paranaíba, MS: UEMS, 2013.

GONÇALVES, L. A. O.; SPOSITO, M. P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 101-138, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAIR JÚNIOR, J. F. et al. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

IBGE. *Pesquisa Nacional de Saúde do escolar*, 2015. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KIL, B. *Princípio da insignificância no direito penal*. Cacoal: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2007.

MARRIEL, L.; ASSIS, S.; AVANCI, J.; OLIVEIRA, R. Violência escolar e auto-estima de adolescentes. *Revista Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 35-50, jan./abr. 2006.

MCMILLAN, J.; SCHUMACHER, S. *Investigación educativa*. 5. ed. Madrid: Pearson Educación, 2005

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar de ação coletiva. *Revista História, Ciência e Saúde*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1998.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus, 2006.

OLIVEIRA, H. N.; MACHADO, C. J.; GUIMARÃES, M. D. *Violência verbal contra indivíduos com transtorno mental no Brasil: prevalência e fatores associados*. Belo Horizonte: J Bras Psiquiatria, 2013.

PIGATTO, N. A docência e a violência estudantil no contexto atual. *Revista Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 303-324, 2010.

PINHEIRO, T. Meio crianças, meio adultos. *Revista Nova Escola*, ed. 10, 2012. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/7259/meio-criancas-meio-adultos#>> Acessado em 21 de novembro de 2018 às 20h58min.

RISTUM, M. Violência na escola, da escola e contra a escola. In: In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (org.). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

RISTUM, M. *O conceito de violência das professoras do ensino fundamental*. Dissertação (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001

REIS, C. E. *A violência escolar: A perspectiva da folha de São Paulo*. Florianópolis: Escola do Legislativo do estado de Santa Catarina, 2003.

RUSSO, G.; TRINDADE, H.; DANTAS, J.; NOGUEIRA, J. *Quando a realidade cala: violência psicológica intrafamiliar contra crianças e adolescentes em Mossoró-RN*. Brasília: Temporalis, 2014.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Educação Básica e Profissional. *I Caderno pedagógico: reflexões para a implementação da política de educação, prevenção, atuação e atendimento às violências na escola*. Florianópolis: DIOESC, 2015.

SANTOS, I. A. *Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica*. Paraná: Universidade Estadual do Norte do Paraná. 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

SILVA, A. B. B. *Bullying: Mentas perigosas na escola*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SINGER, H. *Projeto coletivo de escola para superar a violência*. São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://porvir.org/projeto-coletivo-de-escola-para-superar-violencia/>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

SPOSITO, M. P. Um breve balando da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, 2001.

TSUKAMOTO, F. C. C. *A violência escolar na perspectiva dos professores do ensino fundamental de escolas públicas municipais de Cáceres – MT*. Cáceres: Unemat, 2015.

TIELLET, M. H. S. *As políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar do estado de Mato Grosso, no período de 2003-2010, e os reflexos nas escolas estaduais do município de Cáceres*. Dissertação (Dissertação de Doutorado em Educação) – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

TIELLET, M. H. S.; CORSETTI, B. Conflitos e violência em escolas públicas estaduais em uma região de fronteira, Cáceres, MT: a percepção dos professores. *Série Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande*, n. 32, p. 223-241, 2011.

*Submetido em: 26/03/2019*

*Aceito em: 22/04/2020*

*Publicado em: 02/07/2020*